

# Relatório e Contas

2008



I.	Introdução	5
1.	Órgãos Sociais	5
	Assembleia-Geral	5
	Conselho de Administração	5
	Fiscal Único	5
2.	Publicação do Relatório e Contas	5
II.	Enquadramento Macroeconómico	7
1.	Conjuntura Internacional	7
2.	Conjuntura Nacional	9
III.	Mercado Segurador	13
IV.	Actividade da Popular Seguros em 2008	16
1.	Principais Indicadores	16
2.	Prémios e Apólices	16
3.	Comissões	17
4.	Custos com Sinistros	17
5.	Provisões Técnicas	17
6.	Investimentos	18
7.	Custos Operacionais	18
8.	Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência	19
V.	Proposta de Aplicação de Resultados	21
VI.	Perspectivas Futuras	23
VII.	Considerações Finais	25
VIII.	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	27

# Índice

	Demonstrações Financeiras e Anexos 2008	29
1.	Demonstrações Financeiras	29
	Balanço em 31 de Dezembro de 2008	29
	Conta de Ganhos e Perdas de 2008	31
	Demonstração de Variações de Capital Próprio	33
2.	Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas de 2008	34
	Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas de 2008	34
	Outros Anexos	60
	Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	60
	Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correcções)	61
	Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros	62
	Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos	63
3.	Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único	65
	Certificação Legal de Contas	65
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	67

Relatório  
do  
Conselho de Administração  
*2008*

# I. Introdução

Nos termos da Lei, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Popular Seguros, S.A., referentes ao exercício de 2008.

## 1. Órgãos Sociais

### Assembleia-geral

#### Presidente

João Filipe Maria de Lima Mayer

#### Secretário

Fernando José Domingues Gonçalves

### Conselho de Administração

#### Presidente

Luís Eduardo da Silva Barbosa

#### Administrador Delegado

Francisco José Ribeiro Valério

#### Vogais

Rui Manuel Morganho Semedo

Francisco Javier Garcia Nieto

Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

### Fiscal Único

#### Efectivo

PriceWaterhouseCoopers – SROC, LDA.

Representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro

## 2. Publicação do Relatório e Contas

Sítio Corporativo: [www.popularseguros.pt](http://www.popularseguros.pt)

ENQUADRAMENTO  
MACROECONÓMICO

## II. Enquadramento Macroeconómico

### 1. Conjuntura Internacional

A economia mundial desacelerou fortemente em 2008, invertendo a tendência registada nos quatro anos precedentes, em que a média anual de crescimento real registou um valor de 5%. Este abrandamento foi mais acentuado nas economias avançadas, especialmente nos EUA e na União Europeia (UE), com as economias emergentes e em desenvolvimento, sobretudo as asiáticas (China e Índia), também a evidenciarem um esmorecimento da dinâmica de crescimento dos últimos anos.

Esta deterioração do crescimento mundial resultou da conjugação de um conjunto de factores adversos, que provocaram a diminuição da confiança e o adiamento das decisões de investimento por parte dos agentes económicos, nomeadamente, a incerteza associada à crise dos mercados financeiros internacionais, que se repercutiu em condições mais restritivas na concessão de crédito, pelo efeito conjunto da escassez de liquidez e do aumento dos prémios de risco, incorporados nas taxas de juro dos empréstimos. Por outro lado, a forte subida do preço das matérias-primas energéticas e dos produtos alimentares, durante o primeiro semestre de 2008, teve efeitos negativos na evolução do rendimento disponível real das famílias.

No terceiro trimestre de 2008, um grande número de economias avançadas entrou em recessão técnica, motivando a adopção de medidas de política financeira e orçamental destinadas ao reforço da confiança, ao restabelecimento do funcionamento regular dos mercados financeiros e à estabilização da actividade económica. A política monetária da generalidade dos países (nomeadamente dos EUA, Reino Unido e zona Euro) tornou-se mais acomodatória, dada a redução da inflação observada no segundo semestre de 2008 e a significativa desaceleração económica.

Durante os últimos meses de 2008, as principais organizações internacionais reviram sucessivamente em baixa as suas previsões de crescimento para a generalidade das economias mundiais, evidenciando a incerteza que tem caracterizado a conjuntura económica. Os níveis de confiança de consumidores e empresários atingiram mínimos históricos e os índices bolsistas sofreram as maiores quedas em décadas.

No último trimestre de 2008, assistiu-se a um agravamento da crise financeira, na sequência da falência do *Lehman Brothers*, em Setembro. A crise de confiança gerada por esta falência, as implicações no desempenho da economia e as consequentes repercussões no funcionamento dos mercados de capitais provocaram uma sequência de dificuldades em várias instituições financeiras, quer nos EUA, quer na Europa. Estes eventos abalaram a confiança no sistema financeiro e nas suas instituições. O aumento da incerteza nos mercados traduziu-se numa subida significativa dos prémios de risco, com repercussões na deterioração da actividade económica e na forte subida da taxa de desemprego.

A actividade económica na zona Euro manteve a tendência de desaceleração, que se tinha vindo a verificar desde 2007, tendo o PIB evidenciando um abrandamento de 2,6 em 2007 para 1 por cento em 2008, reflexo do enfraquecimento da procura interna, em particular, do consumo privado e da FBCF (formação bruta de capital fixo). A procura externa líquida teve um contributo nulo para o crescimento, uma vez que a desaceleração das importações ocorreu em simultâneo com um abrandamento das

exportações. Esta crise originou a intervenção do Banco Central Europeu que aumentou, consideravelmente, a cedência de liquidez, seguida da descida das taxas de juro.

Também os EUA apresentaram um abrandamento significativo da economia, para o qual contribuiu o enfraquecimento da procura interna, nomeadamente do consumo e do investimento privado, especialmente, na componente residencial, que registou uma quebra pelo terceiro ano consecutivo. Pelo contrário, as exportações aceleraram no conjunto dos três primeiros trimestres, em parte devido à depreciação real do dólar, tendo o contributo da procura externa líquida atenuado o desequilíbrio das suas contas externas. Nos EUA, a actuação da Reserva Federal caracterizou-se por um aumento significativo da cedência de liquidez, descendo a taxa do FED de 3% para 0,25%.

O enfraquecimento da actividade nas economias avançadas e a deterioração das condições nos mercados financeiros, contribuíram, igualmente, para uma desaceleração da actividade nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, as quais vinham a registar ritmos de crescimento superiores aos tendenciais e a evidenciar elevadas pressões inflacionistas.

Indicadores	2006	2007	2008 (a)
Produto Interno Bruto (b)			
Zona Euro	2,8	2,6	<b>1,0</b>
União Europeia (EU 27)	3,0	2,9	<b>1,3</b>
EUA	2,9	2,0	<b>1,1</b>
Mundo	5,4	5,2	<b>3,4</b>
Taxa de inflação – Zona Euro	2,2	2,1	<b>3,5</b>
Preço do petróleo (brent USD/bbl)	65,1	72,5	<b>97,0</b>
Euribor a 3 meses (média anual)	3,1	4,3	<b>4,6</b>
Taxa de Câmbio (EUR/USD)	1,26	1,37	<b>1,52</b>

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE – Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Estimativa; (b) Variação real.

O ano de 2008 foi marcado pela interacção da crise financeira internacional com a desaceleração da actividade económica a nível global. Em algumas das principais economias avançadas, a actividade económica vinha já a evidenciar uma tendência de desaceleração desde o final de 2006, em grande parte, devido ao forte aumento do preço das matérias-primas nos mercados internacionais e ao ajustamento em baixa em vários mercados de habitação. Esta tendência de desaceleração foi sendo intensificada pelo impacto negativo da crise financeira na confiança dos agentes económicos e nas expectativas quanto à sua situação financeira.

A actividade económica mundial tem sido, assim, sujeita, nos últimos anos, a perturbações significativas de várias ordens, interligadas entre si, sendo de destacar a evolução dos preços do petróleo e dos bens alimentares, a correcção em baixa nos mercados de habitação em algumas economias avançadas e, principalmente, a crise financeira iniciada em meados de 2007. O Fundo Monetário Internacional alerta que as implicações reais desta crise não deixarão de ser significativas em termos do seu impacto no crescimento económico, envolvendo, necessariamente, um longo processo de ajustamento.

## 2. Conjuntura Nacional

Em 2008, a evolução da economia portuguesa foi marcada por uma desaceleração, interrompendo a trajetória de recuperação gradual e moderada registada nos dois anos anteriores. Esta evolução ocorreu num quadro de interacção entre uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais e uma recessão internacional. Dada a sua forte integração económica e financeira e a persistência de fragilidades que condicionam a evolução da produtividade dos factores, a economia portuguesa registou, em 2008, um dos crescimentos mais baixos entre os países da zona Euro e da União Europeia. No contexto de um enquadramento internacional adverso, reflectido no abrandamento da procura externa e na subida dos preços das matérias-primas e da energia, verificou-se um aumento do défice externo da economia portuguesa, tendo como contrapartidas uma nova diminuição da taxa de poupança das empresas e dos particulares e a estabilização do respectivo investimento em percentagem do PIB.

A propagação destes desenvolvimentos, a uma pequena economia aberta e plenamente integrada como a portuguesa, ocorreu em várias dimensões, todas elas interligadas. Por um lado, teve implicações desfavoráveis sobre a procura externa dirigida à economia portuguesa e, face à elevada incerteza quanto à magnitude da desaceleração a nível interno e externo, e quanto ao novo equilíbrio no qual estabilizarão os mercados financeiros, tendeu a adiar decisões de consumo e de investimento. Por outro lado, a turbulência nos mercados monetários e nos mercados de financiamento por grosso implicou o aumento das taxas de juro do crédito bancário e contribuiu para a maior restritividade das condições de financiamento do sector privado não financeiro, em particular no crédito à habitação, e para o acréscimo de exigência quanto às condições de solvabilidade dos agentes económicos. Não obstante, importa sublinhar que o crédito interno manteve um forte dinamismo em 2008, que foi sustentado pelo sistema bancário através de um aumento substancial dos depósitos de clientes e da manutenção de algum acesso ao financiamento nos mercados por grosso, apesar das condições adversas prevaletentes nos mercados financeiros.

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008 (a)
Produto Interno Bruto (b)	1,2	0,4	1,3	1,9	<b>0,3</b>
Consumo Privado (b)	2,5	2,0	1,2	1,6	<b>1,2</b>
Consumo Público (b)	2,4	1,8	-0,5	0,0	<b>-0,3</b>
Formação Bruta de Capital Fixo (b)	0,6	-2,9	-1,8	3,1	<b>-0,8</b>
Exportações de bens e serviços (b)	4,6	0,9	9,1	7,5	<b>0,1</b>
Importações de bens e serviços (b)	6,7	1,8	4,3	5,6	<b>1,0</b>
Balança Corrente (% do PIB)	-7,5	-9,3	-10,8	-10,0	<b>-12,1</b>
Saldo do sector público (%do PIB)	-2,9	-6,0	-3,9	-2,6	<b>-2,2</b>
Dívida pública (% do PIB)	61,9	64,0	67,4	63,6	<b>65,9</b>
Taxa de desemprego	6,7	7,6	7,5	8,0	<b>7,7</b>
Taxa de Inflação (IHPC)	2,5	2,3	2,5	2,4	<b>2,6</b>

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE - Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Estimativa; (b) Variação real.

No contexto de um enquadramento externo adverso, marcado pela interacção entre a crise financeira internacional e a actividade económica mundial, num quadro em que a persistência de um conjunto de fragilidades de natureza estrutural condicionou o crescimento da economia portuguesa, as estimativas do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB em 2008 de 0,3 por cento, face a 1,9 por cento verificado em 2007, que reflecte uma estimativa de menor crescimento das componentes da procura mais sensíveis à crescente deterioração do enquadramento externo, em particular, as exportações e o investimento.

A taxa de inflação, por seu turno, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 2,6 por cento, face a 2,4 por cento no ano anterior, apresentando uma ligeira variação positiva de 0,2 pontos percentuais, em virtude do aumento sistemático dos preços das matérias-primas energéticas e dos bens alimentares. De acordo com as previsões do Ministério das Finanças, para 2009, a taxa de inflação deverá exibir um abrandamento pronunciado, fixando-se em 1,2 por cento. Esta evolução reflecte, em parte, o abrandamento da actividade económica nacional, que limitará o potencial de subida dos preços a nível interno, mas principalmente os efeitos do abrandamento económico mundial, consubstanciados numa diminuição significativa da procura global e consequente crescimento moderado dos preços das matérias-primas e produtos transformados.

Do lado da oferta, a forte desaceleração da economia portuguesa em 2008, terá reflectido numa acentuada diminuição do contributo da produtividade total dos factores para o crescimento da actividade e uma desaceleração da produtividade aparente do trabalho, num quadro de criação moderada de emprego e de manutenção da taxa de desemprego em níveis historicamente elevados.

Do lado da procura, a desaceleração económica esteve associada à evolução quer da procura interna quer das exportações. Como seria de esperar, o investimento e as exportações foram particularmente influenciados pelo quadro da redução crescente das perspectivas quanto ao crescimento económico interno e externo. No que se refere ao investimento, observou-se uma diminuição em 2008, com um abrandamento generalizado das suas componentes. Relativamente às exportações de bens e serviços, e num quadro de desaceleração da procura externa, importa notar a queda de quota de mercado registada em 2008. O abrandamento das exportações reflecte um menor dinamismo quer das exportações de bens, iniciada já em meados de 2007, quer a acentuada desaceleração das exportações de serviços, observada a partir do início de 2008. Em contraste, o consumo privado, em particular na componente de não duradouros, apresentou um perfil mais alisado, sustentado em parte num forte crescimento do crédito ao consumo, e numa nova descida da taxa de poupança dos particulares. Em relação ao consumo público, registou-se uma quebra em 2008, prosseguindo a trajectória de consolidação orçamental necessária para equilibrar as contas públicas.

O investimento FBCF (formação bruta de capital fixo) inverteu a evolução favorável observada em 2007, estimando-se para 2008 uma contracção de 0,8 por cento, traduzindo, sobretudo, a reacção do investimento empresarial à deterioração do clima de confiança na indústria, influenciada pelas expectativas de abrandamento da actividade económica.

A taxa de desemprego, em 2008, recuou para 7,7% (8,0% no final de 2007), em virtude da desaceleração económica ocorrida em 2008 e em reacção à contracção da economia nacional. O emprego, que havia registado um crescimento nulo em 2007, aumentou 0,6% em 2008, exibindo assim, à semelhança da taxa de desemprego, um desfasamento face à evolução da actividade económica.

Em 2008, os mercados financeiros denotaram uma elevada volatilidade, reflectindo por um lado as preocupações com o sistema financeiro e por outro a deterioração das perspectivas para a actividade económica. O índice bolsista português, em termos acumulados, apresentou uma desvalorização aproximada de 50 por cento, à semelhança do índice do *Dow Jones Euro Stoxx* que apresentou uma desvalorização de cerca de 46 por cento. A instabilidade nos mercados financeiros veio provocar um aumento dos prémios de risco, registando-se uma maior aversão ao risco e, conseqüentemente, a procura de activos de menor risco e maior liquidez.

O ano de 2009, segundo as previsões do Ministério das Finanças, deverá apresentar uma contracção da actividade económica de 0.8 por cento. Esta contracção traduz, essencialmente, os efeitos dinâmicos associados à deterioração do enquadramento externo, que deverão, por um lado, afectar directamente o crescimento das exportações e, por outro, implicar o adiamento de decisões de consumo e investimento por parte dos agentes económicos nacionais. Num contexto em que se admite uma redução das tensões nos mercados financeiros internacionais ao longo do horizonte de projecção, acompanhada por uma recuperação gradual das perspectivas de procura nos mercados de destino das exportações portuguesas, antecipa-se um crescimento do PIB de 0.5 por cento em 2010.

MERCADO  
SEGURADOR

## III. Mercado Segurador

O Mercado Segurador, no exercício 2008, apresentou um nível de crescimento positivo de 11,5%. No âmbito dos ramos Não Vida, ramo no qual a Popular Seguros actua, o mercado apresentou um decréscimo de 1,3 por cento relativamente a 2007. Como resultado, o peso do ramo Não Vida, no sector segurador, diminuiu em 3,7 por cento, sendo inferior a um terço do sector segurador.

### Estrutura de Mercado

	2008	2007	2006	2005	2004
<b>Ramo Não Vida</b>	<b>28,2%</b>	31,9%	33,2%	32,0%	40,3%

Fonte: ISP – Actividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Directo.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução do Mercado Segurador Não Vida no último triénio:

### Evolução (Ramo Não Vida – milhões de Euros)

	2008	2007	2006	08/07 Tx. Cresc.	07/06 Tx. Cresc.
Prémios de Seguro Directo	<b>4.324</b>	4.381	4.359	-1,3%	0,5%

Fonte: APS – Produção de Seguro Directo – Actividade em Portugal.

O montante de prémios Não Vida emitidos, em 2008, ascendeu a 4.324.056 milhares de Euros. Deste valor, cerca de 41,9% correspondem ao ramo Automóvel, 32,4% ao ramo Acidentes e Doença, 16,9% ao ramo Incêndio e Outros Danos e 8,9% aos restantes ramos. De sublinhar que, o ramo de Acidentes e Doença têm vindo a ganhar terreno, apresentando um peso crescente em 1,1%.

### Peso por Área de Negócio (Ramos Não Vida)

	2008	2007	2006	2005	2004
ACIDENTES E DOENÇA	<b>32,4%</b>	31,3%	31,0%	30,5%	29,2%
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	<b>16,9%</b>	16,1%	15,8%	15,7%	15,5%
AUTOMÓVEL	<b>41,9%</b>	44,4%	45,9%	46,5%	45,1%
TRANSPORTES	<b>1,9%</b>	1,9%	1,8%	1,8%	1,8%
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	<b>2,5%</b>	2,5%	2,2%	2,2%	2,2%
DIVERSOS	<b>4,5%</b>	3,8%	3,3%	3,3%	3,0%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ISP – Actividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Directo.

O ramo Automóvel foi o grande responsável pela performance do ramo Não Vida, com um decréscimo verificado de -6,9% (-134.173 milhares de Euros). A contrariar esta tendência decrescente do sector, os ramos Acidentes e Doença (+2,0%), Incêndio e Outros Danos (+3,5%) e Diversos (+15%) apresentaram crescimentos face ao ano de 2007.

#### Crescimento (*Ramos Não Vida*)

	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
ACIDENTES E DOENÇA	<b>2,0%</b>	1,6%	2,9%	3,1%	2,5%
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	<b>3,5%</b>	2,9%	2,2%	1,3%	7,4%
AUTOMÓVEL	<b>-6,9%</b>	-2,9%	0,3%	1,6%	4,2%
TRANSPORTES	<b>1,9%</b>	5,8%	-1,9%	-0,5%	4,1%
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	<b>0,9%</b>	11,2%	2,8%	-0,7%	19,2%
DIVERSOS	<b>15,0%</b>	16,4%	2,3%	7,9%	4,9%
<b>TOTAL</b>	<b>-1,3%</b>	<b>0,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>2,0%</b>	<b>4,3%</b>

Fonte: ISP – Actividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Directo.

O peso do sector segurador Não Vida no Produto Interno Bruto, em 2008, decresceu de 2,72% para 2,68%, justificado pelo decréscimo dos prémios do ramo Não Vida (-1,3%). Dado que não se verificaram modificações importantes na população portuguesa, o prémio Não Vida "per capita" registou um ligeiro decréscimo, fixando-se, no final do ano, em 412 Euros (413 Euros, em 2007), ficando-se a dever esta redução à revisão global das tarifas associadas a estes ramos.

#### Indicadores (*Ramo Não Vida*)

	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Prémios Não Vida / PIB	<b>2,68%</b>	2,72%	2,86%	2,93%	2,95%
Prémios Não Vida "per capita"	<b>412€</b>	413€	412€	408€	402€

Fonte: APS – Produção de Seguro Directo – Actividade em Portugal.

ACTIVIDADE DA  
POPULAR SEGUROS  
EM 2008

## IV. Actividade da Popular Seguros em 2008

### 1. Principais Indicadores

A **POPULAR SEGUROS** tem como objectivo desenvolver o negócio de seguros Não Vida no contexto banca-seguros, em ligação com o Banco Popular Portugal S.A.

Os indicadores que se apresentam seguidamente ilustram a actividade de 2008 e 2007.

Unidade: Milhares de Euros

	<i>2008</i>	<i>2007</i>
<b>Balanço</b>		
Investimentos	7.638	6.648
Activo Líquido	9.865	8.041
Capital Próprio	7.725	7.564
Provisões Técnicas de Seguro Directo	1.257	268
<b>Conta de Ganhos e Perdas</b>		
Prémios Brutos Emitidos	2.410	702
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	368	130
Provisões para Prémios não Adquiridos de SD	-1.127	-217
Custos com Sinistros (Líquidos de Resseguro)	-52	-16
Resultados de Investimentos (Técnicos)	1	-14
Resultado Líquido	104	154

### 2. Prémios e Apólices

A **POPULAR SEGUROS** registou, em 2008, um volume de prémios brutos emitidos no montante de 2.410.129 Euros (701.580 Euros em 2007), através da rede do Banco Popular Portugal SA. No volume total de negócios, o peso do segmento de Acidentes Pessoais ascende a 53,5% (1.290.331 Euros), seguido de Incêndio e Elementos de Natureza com 25,2% (606.330 Euros), e dos segmentos de Riscos Múltiplos Habitação e Comércio com 20,1% (484.722 Euros) e 1,2% (28.746 Euros), respectivamente.

## Evolução da Actividade

	2008		2007	
	Peso Prémios	N.º Apólices	Peso Prémios	N.º Apólices
ACIDENTES E DOENÇA	53,5%	6.889	29,06%	4
INCÊNDIO E ELEM. DA NATUREZA	25,2%	3.088	43,85%	1.748
OUTROS DANOS EM COISAS	21,3%	3.742	27,09%	1.045
Riscos múltiplos	21,3%	3.742	27,09%	1.045
Riscos múltiplos – Habitação	20,1%	3.595	24,63%	969
Riscos múltiplos – Comércio	1,2%	147	2,46%	76

## 3. Comissões

As comissões processadas pelo canal bancário por intermediação de produtos de seguros atingiram, em 2008, o montante de 496.924 Euros (44.222 Euros em 2007).

## 4. Custos com sinistros

Os montantes pagos (montantes brutos, incluindo custos de gestão) relativos a custos com sinistros, em 2008, atingiram o montante de 55.331 Euros (2007: 12.276 Euros), sendo 46.159 Euros (2007: 12.276 Euros) referentes a seguros de Riscos Múltiplos Habitação, 6.597 Euros referentes a Incêndio e outros Elementos da Natureza e 2.575 Euros no que concerne a Acidentes Pessoais.

## 5. Provisões Técnicas

A provisão para prémios não adquiridos totalizou, em 2008, o montante de 1.146.109 Euros (226.967 Euros em 2007), correspondendo este montante a uma componente de prémios não adquiridos (1.375.224 Euros) deduzida dos custos de aquisição diferidos (-229.115 Euros). Do total da provisão para prémios não adquiridos, 67,4% respeitam ao segmento de Acidentes Pessoais (772.665 Euros), 17,0% a Incêndio e outros Elementos da Natureza (194.557 Euros), 14,6% a Riscos Múltiplos Habitação (167.647 Euros) e, os restantes 1,0% a Riscos Múltiplos Comércio (11.240 Euros).

	Unidade: Euros	
	2008	2007
Provisão para prémios não adquiridos	1.146.109	226.967
Provisão para sinistros	64.108	16.762
Provisão para desvios de sinistralidade	46.975	24.214
<b>TOTAL</b>	<b>1.257.192</b>	<b>267.943</b>

## 6. Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de investimentos da **POPULAR SEGUROS** elevava-se a 7.638.251 Euros (6.647.543 Euros em 2007). Deste valor, cerca de 51,1% (46,1% em 2007) são representados por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, sendo os restantes 48,9% (53,9% em 2007) representados por Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

Unidade: Euros

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Títulos de Rendimento Fixo	<b>3.906.319</b>	3.066.319
Títulos de rendimento variável	<b>3.731.932</b>	3.581.224
<b>TOTAL</b>	<b>7.638.251</b>	<b>6.647.543</b>

## 7. Custos Operacionais

Em 2008, os custos operacionais ascenderam a 479.350 Euros (198.005 Euros em 2007), repartidos da seguinte forma: 10,9% em custos com sinistros (8,2% em 2007), 85,4% em custos de exploração líquidos (79,6% em 2007) e 3,7% em custos com investimentos (12,2% em 2007).

No âmbito dos custos de exploração líquidos, os custos de aquisição elevaram-se a 406.760 Euros (97.706 Euros em 2007), os custos administrativos ascenderam a 266.248 Euros (166.298 Euros em 2007), sendo o montante das comissões e participação de resultados no resseguro de 263.867 Euros (106.397 Euros em 2007).

Unidade: Euros

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Custos com Sinistros Líquidos de resseguro	<b>52.088</b>	16.201
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	<b>409.141</b>	157.607
Custos com Investimentos	<b>18.121</b>	24.197
Custos com Sinistros / Prémios Emitidos	<b>2,2%</b>	2,3%
Custos de Exploração / Prémios Emitidos	<b>17,0%</b>	22,5%

## 8. Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência

A **POPULAR SEGUROS** foi constituída em 30 de Agosto de 2006 com um capital social de 7,5 milhões de Euros, representado por 1,5 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 5 Euros cada. Não se verificou qualquer aumento de capital desde essa data.

O resultado do exercício, em 31 de Dezembro de 2008, foi de 104.462 Euros (153.840 Euros em 2007).

Os capitais próprios ascendiam, em 31 de Dezembro de 2008, a 7.725.403 Euros.

	Unidade: Euros	
	2008	2007
Capital Social	7.500.000	7.500.000
Reserva de reavaliação	39.912	-37.222
Reserva por impostos diferidos	-10.577	9.864
Reserva Legal	14.290	-
Resultados Transitados	77.315	-62.234
Resultados Líquidos	104.462	153.840
<b>TOTAL</b>	<b>7.725.403</b>	<b>7.564.247</b>

A taxa de cobertura da margem de solvência da **POPULAR SEGUROS**, a 31 de Dezembro de 2008, é de 346% (345% em 2007 e 369% em 2006). Relativamente aos elementos representativos da margem estes são compostos essencialmente pelo Capital Social.

PROPOSTA DE  
APLICAÇÃO DE  
RESULTADOS

## V. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo do exercício de 2008 foi de 104.462 Euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- ♥ Para Reserva Legal: 10.446 Euros;
- ♥ Para Resultados Transitados: 94.016 Euros.

PERSPECTIVAS  
FUTURAS

## VI. Perspectivas Futuras

A orientação estratégica da **POPULAR SEGUROS** foi definida para o triénio 2009-2011, não tendo sofrido alterações de relevo que importe sublinhar. Esta orientação assenta nos seguintes eixos: Incrementar a penetração na base de clientes do Banco Popular Portugal; Diversificar os canais de distribuição, nas parcerias de *Bancassurance*; Incrementar o *cross-selling* como instrumento de fidelização; Criação de novos produtos, complementares da oferta Bancária (cartões, conta comércio e crédito); Alinhamento na criação de novos produtos, com as áreas de negócio a dinamizar pelo Banco Popular Portugal.

Os principais projectos/iniciativas para 2009, que visam contribuir para a concretização dos objectivos estratégicos definidos, são os seguintes:

- ♥ *Com vista a alargar a base de negócio:* aumentar o n.º de clientes activos; alargar a gama de produtos, com novas ofertas ao nível Riscos múltiplos – Comércio, Acidentes Pessoais, Seguros de Assistência, Cartões de Crédito, Crédito Pessoal, Responsabilidade Civil e Acidentes de Trabalho; intensificar o relacionamento, ao nível da distribuição, com o canal bancário – Banco Popular Portugal; reenquadrar o relacionamento com a mediação profissional no âmbito do Decreto-Lei sobre a Mediação e introduzir na proposta de valor os produtos bancários.
  
- ♥ *Para sustentar nível de rentabilidade:* ter níveis de rentabilidade dos capitais próprios positivos, consistentes e enquadráveis nos níveis exigidos pelo grupo Banco Popular; efectuar a redução contínua dos custos unitários, através do aumento da escala e da monitorização da base de custos; incrementar margens técnicas do negócio, através de uma política de preço adequada e uma selecção de riscos exigente; mitigar o risco do negócio, para reduzir a volatilidade dos resultados.
  
- ♥ *Para promover melhoria da operacionalidade:* desenvolver sistematicamente sinergias de grupo com o Banco Popular; simplificar os processos chave da **POPULAR SEGUROS**, numa perspectiva de integração no grupo Banco Popular; manter níveis de disponibilidade elevados do sistema informático central e incrementar o nível de integração das aplicações; e reduzir o “*time-to-market*”, para incrementar a capacidade de liderar o mercado.
  
- ♥ *Para incrementar qualidade do serviço ao cliente:* reduzir o prazo de contratação; reduzir os prazos de pagamento; reduzir o n.º de reclamações; promover acções de “*cross-selling*”; e disponibilizar informação de qualidade e com utilidade.

CONSIDERAÇÕES  
FINAIS

## VII. Considerações Finais

O Conselho de Administração está muito grato pela confiança demonstrada pelos clientes da **POPULAR SEGUROS** e agradece todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores e a acção relevante do Fiscal Único no exercício das funções que lhe estão estatutariamente cometidas.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento e apreço ao Banco Popular Portugal pela colaboração na divulgação e promoção da POPULAR SEGUROS.

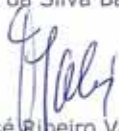
Registamos ainda o agradecimento da POPULAR SEGUROS pelos apoios recebidos do Instituto de Seguros de Portugal e Associação Portuguesa de Seguradores.

Lisboa, 18 de Março de 2009

*O Conselho de Administração*



Luís Eduardo da Silva Barbosa (Presidente)



Francisco José Ribeiro Valério



Rui Manuel Morgante Serrado



Francisco Javier Garcia Nieto



Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

ANEXO AO  
RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## VII. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Participação de Accionistas que, em 31 de Dezembro de 2008, detinham um décimo ou mais do total das acções (*art. 448º do Código das Sociedades Comerciais*):

### Participação de Accionistas

Unidade: Euros

	<b>2008</b>	<b>Percentagem</b>
Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A.	7.500.000	100%

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
E ANEXOS  
*2008*

## Demonstrações Financeiras e Anexos

## 1. Demonstrações Financeiras

Balanco em 31 de Dezembro de 2008

ACTIVO	Notas	2008		2007	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Activo
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	1.064.967	-	1.064.967	1.127.542
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		382.520	-	382.520	363.832
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos disponíveis para venda		3.731.932	-	3.731.932	6.283.711
Empréstimos e contas a receber	6	3.523.799	-	3.523.799	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		3.523.799	-	3.523.799	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	10	41.930	-658	37.272	-
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros activos intangíveis	12	221.080	111.695	109.385	117.481
Provisões técnicas de resseguro cedido		573.654	-	573.654	93.779
Provisão para prémios não adquiridos		534.292	-	534.292	84.906
Provisão matemática do ramo vida		-	-	-	-
Provisão para sinistros		39.362	-	39.362	8.873
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		385.032	-	385.032	44.969
Contas a receber por operações de seguro directo	37	370.441	-	370.441	29.172
Contas a receber por outras operações de resseguro		-	-	-	-
Contas a receber por outras operações		14.591	-	14.591	15.797
Activos por impostos		42.888	-	42.888	9.864
Activos por impostos correntes		36.830	-	36.830	-
Activos por impostos diferidos	24	6.058	-	6.058	9.864
Acréscimos e diferimentos		13.228	-	13.228	-
Outros elementos do activo		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
<b>Total do Activo</b>		<b>9.981.030</b>	<b>116.354</b>	<b>9.864.676</b>	<b>8.041.178</b>

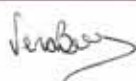
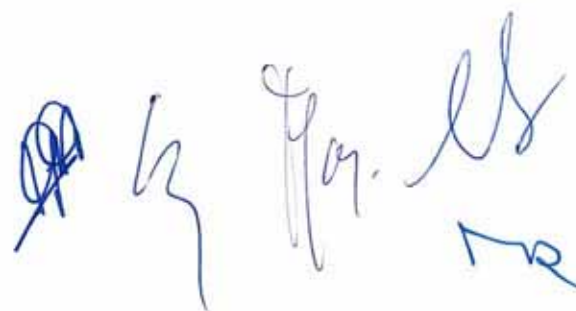
## Balanco em 31 de Dezembro de 2008

		Unidade: Euros	
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2008	2007
Provisões técnicas		1.257.192	267.943
Provisão para prémios não adquiridos		1.146.109	226.967
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		64.108	16.762
De vida		-	-
De acidentes de trabalho		-	-
De outros ramos		64.108	16.762
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		46.975	24.214
Provisão para riscos em curso		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações		782.907	136.063
Contas a pagar por operações de seguro directo		20.350	7.120
Contas a pagar por outras operações de resseguro		656.861	106.254
Contas a pagar por outras operações		105.695	22.690
Passivos por impostos		96.574	66.571
Passivos por impostos correntes		85.997	66.571
Passivos por impostos diferidos	24	10.577	-
Acréscimos e diferimentos		2.600	6.353
Outras Provisões		-	-
Outros Passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como devido para venda		-	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.139.273</b>	<b>476.930</b>
Capital	25	7.500.000	7.500.000
(Acções Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação		39.912	(37.222)
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		39.912	(37.222)
Por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio		-	-
Por revalorização de activos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros activos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	26	(10.577)	9.864
Outras reservas		14.290	-
Resultados transitados		77.315	(62.234)
Resultado do exercício		104.462	153.840
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>7.725.403</b>	<b>7.564.247</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>		<b>9.864.676</b>	<b>8.041.178</b>

Verabey

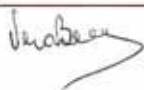
## Contas de Ganhos e Perdas em 2008

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2008			2007
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		368.016	-	368.016	130.070
Prémios brutos emitidos	14	2.410.129	-	2.410.129	701.580
Prémios de resseguro cedido		(1.780.190)	-	(1.780.190)	(431.456)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(1.127.501)	-	(1.127.501)	(217.260)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		865.577	-	865.577	77.205
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(52.088)	-	(52.088)	(16.201)
Montantes pagos		(35.231)	-	(35.231)	(9.111)
Montantes brutos		(55.331)	-	(55.331)	(12.276)
Parte dos resseguradores		20.100	-	20.100	3.165
Provisão para sinistros (variação)		(16.857)	-	(16.857)	(7.090)
Montante bruto		(47.346)	-	(47.346)	(15.963)
Parte dos resseguradores		30.489	-	30.489	8.873
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		(22.761)	-	(22.761)	(23.676)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos		(409.141)	-	(409.141)	(157.607)
Custos de aquisição		(615.120)	-	(615.120)	(115.484)
Custos de aquisição diferidos (variação)		208.359	-	208.359	17.778
Gastos administrativos		(266.248)	-	(266.248)	(166.298)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		263.867	-	263.867	106.397
Rendimentos	16	33.658	226.037	259.695	273.013
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		33.658	226.037	259.695	273.013
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Gastos financeiros		(32.815)	14.695	(18.121)	(24.197)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(696)	14.695	13.998	(4.540)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(32.119)	-	(32.119)	(19.657)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(26)	(18.724)	(18.750)	12.478
De activos disponíveis para venda		(26)	(18.724)	(18.750)	12.478
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	18	432	18.250	18.682	1.752
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		432	18.250	18.682	1.752

## Contas de Ganhos e Perdas em 2008

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2008			Unidade Euro
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	2007
					Total
Diferenças de câmbio	19	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (liquidas reversão)		-	-	-	-
De activos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até a maturidade		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-	-	-	-
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos		-	6.292	6.292	903
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
<b>Resultado Líquido antes de Impostos</b>		<b>(114.727)</b>	<b>246.550</b>	<b>131.823</b>	<b>196.534</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	33.419	33.419	42.695
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	(6.058)	(6.058)	-
<b>Resultado Líquido do exercício</b>		<b>(114.727)</b>	<b>219.189</b>	<b>104.462</b>	<b>153.840</b>

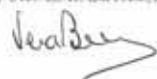



## Demonstração de Variações de Capital Próprio

(em R\$ Mil)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas	Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Balanco a 31 de Dezembro de 2007 (*)		7.500.000	(37.222)	9.864	-	(62.234)	153.840	7.564.247
Correcções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
A alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
<b>Balanco de abertura alterado</b>		<b>7.500.000</b>	<b>(37.222)</b>	<b>9.864</b>	<b>-</b>	<b>(62.234)</b>	<b>153.840</b>	<b>7.564.247</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-	77.134	-	-	-	-	77.134
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos		-	-	(20.440)	-	-	-	(20.440)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	14.290	129.506	(142.896)	-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas		-	-	-	-	10.544	(10.544)	-
<b>Total das variações do capital próprio</b>		<b>-</b>	<b>77.134</b>	<b>(20.440)</b>	<b>14.290</b>	<b>139.550</b>	<b>(153.840)</b>	<b>56.693</b>
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	104.462	104.462
Distribuição antecipada de lucros		-	-	-	-	-	-	-
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2008</b>		<b>7.500.000</b>	<b>39.912</b>	<b>(10.577)</b>	<b>14.290</b>	<b>77.315</b>	<b>104.462</b>	<b>7.725.402</b>

(\*) O valor ajustado após a transição para o método IAS 32







## 2. Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas de 2008

(Valores expressos em Euros)

### Nota 1 – Informações Gerais

A **POPULAR SEGUROS Companhia de Seguros S.A.** foi constituída em 30 de Agosto de 2006, com um capital de 7.500.000 Euros, na sequência do despacho de autorização emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal, incluído na Norma n.º 5/2006-A, de 25 de Julho, e tem como objecto exclusivo o exercício da actividade de seguro directo e de resseguro dos ramos “Não Vida”, podendo ainda exercer as actividades conexas ou complementares da de seguro ou resseguro autorizadas por lei. A Companhia iniciou a comercialização dos seus produtos em Outubro de 2006 e tem a sua sede na Rua Castilho nº 39 – 14º andar em Lisboa.

A apresentação deste anexo respeita a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), sendo omitidos os números correspondentes às notas não aplicáveis, por inexistência de valores ou de situações a reportar.

Informações sobre a natureza do negócio e do ambiente externo em que a Popular Seguros opera encontram-se referidas nos capítulos II, III e IV do presente Relatório e Contas.

### Nota 2 – Informação por Segmentos

A Companhia opera em dois ramos, Incêndio e Outros Danos e Acidentes Pessoais. O quadro anexo evidencia algumas rubricas da Conta de Ganhos e Perdas, para o exercício de 2008, segregadas por estes dois segmentos:

	Unidade: Euros		
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Total
Prémios brutos emitidos	1.290.331	1.119.799	2.410.129
Prémios de resseguro cedido	(1.060.722)	(719.468)	(1.780.190)
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	81.271	286.745	368.016
Proveitos e ganhos de investimentos	23.941	10.148	34.090
Outras receitas / (despesas)	458.591	221.468	680.059
<b>Ganhos</b>	<b>563.803</b>	<b>518.361</b>	<b>1.082.165</b>
Custos com sinistros brutos - contratos de seguro	18.127	84.550	102.677
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	(14.487)	(36.102)	(50.589)
Perdas e custos de investimentos	23.065	9.777	32.841
Outras despesas / (receitas)	296.775	235.631	532.406
<b>Perdas</b>	<b>323.480</b>	<b>293.855</b>	<b>617.335</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(310.933)</b>	<b>196.206</b>	<b>(114.726)</b>

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um único segmento.

### Nota 3 – Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

**3.1.** No âmbito do disposto no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro, a Companhia adoptou, na preparação destas demonstrações financeiras, as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC, ou IFRS), nos termos do Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, com excepção da IFRS 4, em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

#### Transição para as IFRS

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Companhia decidiu adoptar as regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas de Relato Financeiro, nomeadamente, no que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação retrospectiva dos IFRS.

Assim, os valores comparativos apresentados para o ano de 2007 incluem os ajustamentos de transição, de forma a reflectir as alterações introduzidas pela aplicação das IFRS, nomeadamente, a valorização de determinados investimentos ao custo de aquisição e a amortização do prémio/desconto de aquisição dos títulos de rendimento fixo pelo método da taxa efectiva, tal como enunciado pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Na Nota 35 está efectuada a reconciliação do capital próprio decorrente dos ajustamentos de transição para o novo PCES, de base IFRS.

#### Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos disponíveis para venda;
- A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações, em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

**a) Princípio da especialização de exercícios**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

**b) Provisões técnicas**

É requerido à Companhia pelas Leis e Regulamentos, bem como, pelos princípios IFRS aplicáveis, o estabelecimento de Provisões Técnicas para fazer face às responsabilidades futuras para com os seus segurados.

Destas Provisões Técnicas, destacam-se pela sua relevância:

**i) Provisão para prémios não adquiridos**

Esta provisão tem como objectivo registar a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada contrato a contrato, recibo a recibo mediante a aplicação *“pro rata temporis”*, a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

**ii) Provisão para sinistros**

Esta provisão corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Foi calculado o montante estimado, para fazer face a responsabilidades com sinistros declarados, após o fecho do exercício.

As Provisões para Sinistros representam uma estimativa da responsabilidade futura total com sinistros ocorridos até à data de fecho do exercício, que permaneçam em aberto, ou por participar, nessa data. A Companhia estabelece esta Provisão por Linha de Negócio e ano de ocorrência, em duas categorias – provisões para sinistros participados e provisões para sinistros ocorridos mas não participados (IBNR).

**iii) Provisão para desvios de sinistralidade**

Esta provisão tem por objectivo fazer face à sinistralidade, excepcionalmente elevada, para riscos de fenómenos sísmicos. Foi calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo Instituto de Seguros de Portugal, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

**iv) Provisão para riscos em curso**

Esta provisão corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos de seguro. Devido ao facto de existirem custos iniciais de arranque elevados e ao limitado tempo de actividade, nos termos do normativo em vigor, foi solicitado ao Instituto de Seguros de Portugal autorização para a não constituição da provisão, a qual foi concedida.

**v) Provisões técnicas de resseguro cedido**

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

**c) Instrumentos financeiros****(i) Classificação**

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros detidos para negociação*  
Activos adquiridos com o objectivo principal de gerarem valias no curto prazo.
- *Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas*  
Esta categoria inclui os derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.
- *Activos financeiros disponíveis para venda*  
Os activos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que (i) a Popular Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.
- *Investimentos a deter até à maturidade*  
São os activos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os activos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.
- *Empréstimos e contas a receber*  
São os activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado activo, que não sejam: (a) os que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou num prazo próximo, os quais serão classificados como detidos para negociação, e os que a entidade após reconhecimento inicial designa pelo justo valor por via dos resultados; (b) os que a entidade após reconhecimento inicial designa como disponíveis para venda; ou (c) aqueles em relação aos quais o detentor não possa recuperar substancialmente a totalidade do seu investimento inicial, que não seja devido à deterioração do crédito, que serão classificados como disponíveis para venda. Ver ponto 6.4. na Nota 6.

**(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos

custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente registados em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- (ii) A Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou
- (iii) Não obstante, retenha parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

### **(iii) Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor, com reconhecimento em ganhos e perdas, são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos detidos para venda são, igualmente, registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, na parte que pertence ao accionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos activos monetários disponíveis para venda, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo a taxa efectiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (excepto risco cambial) – conforme descrito acima.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados, de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### **(iv) Imparidade**

A Popular Seguros avalia, regularmente, a existência de evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

- a) No caso de títulos de rendimento variável cotados, uma desvalorização continuada, durante pelo menos 6 meses, em 20% ou mais do respectivo valor de aquisição. A imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente, só podendo, no entanto, ser revertida em caso de venda dos títulos em questão.

Caso tivesse sido utilizado um critério mais conservador, isto é, desvalorização prolongada de 6 meses e 20% ou mais do respectivo valor de aquisição ou desvalorização significativa de 30% ou mais do valor de aquisição dos títulos à data de fecho, o encargo com imparidade reconhecido no exercício de 2008 (€0), não teria sofrido alteração.

b) No caso de títulos de rendimento fixo se existir incumprimento no pagamento dos juros. Como controlo são monitorizadas as notações de *Rating* de cada activo financeiro, com base nas suas alterações/variações desfavoráveis face a períodos anteriores.

c) No caso de títulos não cotados, existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

#### g) Activos fixos tangíveis e intangíveis

##### (i) Activos Tangíveis

Os bens classificados como activos tangíveis encontram-se contabilizados ao respectivo custo de aquisição, tendo sido amortizados pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal, considerando o período mínimo de vida útil e respectivas taxas de amortização, como segue:

Activos Tangíveis	Percentagem
Equipamento informático	25% - 33,3%

##### (ii) Activos Intangíveis

Incluem as rubricas de despesas em aplicações informáticas (*Software*), sendo amortizadas pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal, com base na taxa anual de 33,33 % (Ver Nota 12).

#### h) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos, que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

#### **i) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

#### **j) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **k) Transacções em moeda estrangeira**

As conversões para Euros das transacções em moeda estrangeira são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos activos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) foram convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

**3.2.** Em 2008, não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos. As alterações ocorridas prendem-se exclusivamente com a transição para o novo regime contabilístico (ver ponto 3.4.).

**3.3.** As principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras com risco de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante os próximos exercícios financeiros, prendem-se com as seguintes rubricas:

- Imparidade de activos financeiros – De acordo com os critérios para reconhecimento da imparidade descritos no ponto 3.1. alínea f), ponto iv), não se contabilizaram quaisquer perdas por imparidade.

- Provisão para sinistros IBNR – Por falta de histórico de sinistralidade devido à companhia ter completado apenas o seu segundo ano completo de actividade, o valor estimado da provisão para sinistros IBNR teve os seguintes pressupostos:
  - Nas modalidades sem qualquer sinistralidade foi aplicada a taxa de 2,2% do valor dos prémios brutos emitidos no ano;
  - Nas modalidades com sinistralidade foi aplicada a taxa de 10% dos montantes dos custos com sinistros do ano.

**3.4.** As alterações no capital próprio da Companhia, introduzidas pela conversão para o novo plano de contas, estão indicadas na Nota 35.

A Companhia efectuou a conversão para o novo plano de contas em 1 de Janeiro de 2007, de forma a ter valores comparativos, de base IFRS, em 2008, data da primeira apresentação obrigatória das contas em conformidade com o novo plano. Após a conversão para o novo plano de contas, não ocorreram quaisquer alterações da política contabilística.

Abaixo, identificamos algumas áreas em que a adopção das IFRS, tal como adoptadas pelo ISP, assumiu um maior impacto:

### **Impostos sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento a aplicar aos lucros do exercício é determinado de acordo com a declaração do modelo 22 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, elaboradas de acordo com as regras fiscais em vigor. Os princípios contabilísticos anteriores não obrigavam ao reconhecimento de impostos diferidos.

De acordo com a IAS 12, devem ser reconhecidos impostos diferidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, ressalvando para os impostos diferidos activos, que apenas devem ser reconhecidos até ao ponto em que se espere resultados tributários positivos futuros.

### **Activos financeiros**

As bases de mensuração utilizadas no Plano de Contas em vigor até 2007 e no novo Plano de Contas foram as seguintes:

Até 2007 de acordo com o PCES 94 utilizavam-se as seguintes bases:

- Títulos de rendimento fixo: valor de aquisição ajustado pelo alisamento linear do prémio ou desconto;
- Acções cotadas: última cotação disponível nos trinta dias anteriores ao fecho do exercício;
- Unidades de participação em fundos de investimento: valor líquido da unidade patrimonial do fundo.

Com a entrada em vigor do novo Plano de Contas, com base IFRS, resultou a aplicação da IAS 39 pelo que foram utilizadas as seguintes bases de mensuração:

- *Títulos de rendimento fixo*

Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor por ganhos e perdas – São valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas.

Classificados como activos disponíveis para venda – Numa primeira fase, o prémio ou desconto na aquisição dos títulos é reconhecido em ganhos e perdas, ao longo da maturidade dos mesmos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Subsequentemente, valorizam-se ao justo valor.

Classificados como empréstimos e contas a receber – O prémio ou desconto na aquisição dos títulos é reconhecido em ganhos e perdas, ao longo da maturidade dos mesmos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

- *Títulos de rendimento variável*

Cotados – Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor por ganhos e perdas ou classificados como activos disponíveis para venda estão valorizados ao justo valor.

Não cotados – De acordo com IAS 39 os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham preço cotado em mercado activo e cujo justo valor não possa ser fielmente mensurado, devem ser valorizados ao custo de aquisição, sendo alvo de testes de imparidade relativamente a esse mesmo valor reconhecido;

## Nota 4 – Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e activos de resseguro

**4.1.** A informação acerca das políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e a activos, passivos, rendimentos e custos ou gastos relacionados encontra-se descrita no ponto 3.1. da Nota 3.

Relativamente aos sinistros, não ocorreram no exercício reajustamentos significativos, conforme demonstrado no Anexo 2. Os custos com sinistros encontram-se discriminados no Anexo 3.

**4.2.** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** Risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

- **Risco de Prémios:** Relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

- **Risco de Subscrição:** Risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.

- **Risco de Provisionamento:** É o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

- **Risco de Sinistralidade:** É o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

- **Risco de Retenção:** É o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a destruição de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

**4.3.** Uma Companhia de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave, que uma Seguradora está exposta, corresponde à potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Os riscos principais que uma seguradora está exposta são:

- **Risco de Crédito:** O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está, essencialmente, presente na carteira de investimentos (no entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito).

A gestão do risco de crédito na Popular Seguros, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado activo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e a manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela gestão da companhia.

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas pelas principais agências internacionais (*Bloomberg Composite*, *Standard & Poor's* e *Moody's*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizada as respectivas alterações de notação por título e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

A 31 de Dezembro de 2008, a distribuição dos títulos de dívida por *rating* era a seguinte:

<i>Rating Bloomberg Composite, S&amp;P, Moddy's</i>	<i>% em carteira das obrigações por rating</i>
AAA	9,27%
AA	29,92%
A	22,86%
BBB	-
BB	-
Outros	37,95%

• **Risco de Taxa de Juro:** As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os activos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efectuada regularmente ao nível do activo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação (choque aditivo) na curva de taxas de juro. Os parâmetros utilizados são a *Duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

Unidade: Euros

<b>Variação na Taxa de Juro</b>	<b>Variação Taxa Fixa (com Duration) / Variação na Taxa de Juro</b>	<b>Variação do Valor da Carteira Total</b>
-3,0%	2,7%	233.225
-2,0%	1,8%	155.483
-1,0%	0,9%	77.742
0,0%	0,0%	-
1,0%	-0,9%	(77.742)
2,0%	-1,8%	(155.483)
3,0%	-2,7%	(233.225)

• **Risco de Liquidez:** O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo, satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas, e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Encontram-se definidos processos de monitorização das necessidades de liquidez da Companhia.

• **Risco de Mercado:** O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado está assegurada pela política de investimentos em vigor. É efectuada a monitorização mensal do *Asset Allocation* da carteira de activos livres e da política de investimentos.

Em termos de risco variação de preços de acções e fundos de investimentos, é feita uma análise de sensibilidade no âmbito de cenários de desvalorização de activos num intervalo e o respectivo apuramento do seu impacto na carteira de investimentos.

• **Risco Operacional:** O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. A Companhia apresenta uma política formal de gestão de reclamações existindo um relatório mensal de reclamações no âmbito da gestão da carteira.

É efectuada uma avaliação mensal da Margem de Solvência, sendo reportados os desvios encontrados. Em 31 de Dezembro de 2008 a Margem de Solvência era de 346%.

4.5. As tarifas comercializadas revelam-se suficientes, sendo os resultados técnicos negativos explicados pelo peso dos custos da empresa numa produção ainda reduzida e em crescimento, assim como as provisões técnicas se revelam suficientes.

4.6. A informação relativa à sinistralidade resume-se como segue:

#### 1. Taxa de Sinistralidade de Seguro Directo, por Ramo:

Taxa de Sinistralidade	Seguro Directo	
	2008	2007
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais e doença	0,9%	0,0%
Incêndio e outros danos	7,5%	3,2%
Automóvel	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-
Marítimo	-	-
Transportes	-	-
Diversos	-	-

**2. Taxa de Cedência de Sinistros, por Ramo:**

Taxa de Cedência de Sinistros *	2008		2007	
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	67,9%	-	-	-
Incêndio e outros danos	42,6%	31,7%	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Marítimo	-	-	-	-
Transportes	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-

\* Sinistros RC (Risco) / Sinistros SD (Risco)

**3. Taxa de Sinistralidade de Resseguro Cedido, por Ramo:**

Taxa de Sinistralidade	Resseguro Cedido	
	2008	2007
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais e doença	0,8%	-
Incêndio e outros danos	5,0%	1,7%
Automóvel	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-
Marítimo	-	-
Transportes	-	-
Diversos	-	-

\* Custos com sinistros resseguro / Prémios resseguro

**Nota 6 – Instrumentos Financeiros**

**6.1.** A listagem das participações e instrumentos financeiros, da Companhia em 31 de Dezembro de 2008, está apresentada no Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros.

**6.4.** Na sequência da emenda à IAS 39, feita pelo IASB em Outubro de 2008, a **POPULAR SEGUROS** utilizou a permissão de reclassificação prevista no seu ponto 50E para transferir obrigações classificadas na classe de “activos disponíveis para venda” para a classe “empréstimos e contas a receber”. Em Dezembro de 2008, foi reclassificada a totalidade das obrigações classificadas inicialmente como activos disponíveis para venda. A reclassificação foi efectuada devido ao facto de se considerar que, existia falta de liquidez no mercado dessas obrigações e as suas cotações não reflectiam o seu justo valor.

O critério utilizado para elegibilidade de reclassificação das Obrigações classificadas como "Disponíveis Para Venda" para "Empréstimos concedidos e contas a receber" foi o seguinte:

Análise a três "Providers" disponíveis no sistema de informação financeira *Bloomberg* em que se verifica uma das seguintes condições:

- O "spread Bid/Ask" seja significativo;
- A diferença entre os dois melhores "providers" ("spread Bid/Ask" mais curtos) seja significativa;
- Não existam quantidades significativas de transacções.

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor registado nas contas da Popular Seguros das obrigações reclassificadas na categoria de activos "contas a receber" (valorizadas ao custo amortizado pela taxa de juro efectiva) era de 3.523.799 Euros, enquanto que o seu valor de mercado era de 3.514.765 Euros.

**6.8.** Relativamente a instrumentos financeiros compostos, a Popular Seguros detinha em carteira em 31 de Dezembro de 2008 um produto indexado ao índice DAX com data de reembolso de 30 de Março de 2009.

**6.11.** Relativamente ao justo valor, importa salientar:

- *Activos financeiros*

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

- *Passivos financeiros*

A Companhia não tem passivos financeiros valorizados ao justo valor.

**6.12.** A Companhia tem os seus títulos de rendimento fixo classificados em Empréstimos e contas a receber os quais se encontram valorizados ao valor ajustado pelo método da taxa efectiva (Ver ponto 6.4). Estes títulos não estão valorizados ao justo valor devido à inexistência de um mercado activo para os mesmos (Ver ponto 6.11).

**6.16.** A informação relativa à natureza e extensão dos riscos resultantes e instrumentos financeiros encontra-se descrita na Nota 4, no ponto 4.3.

## Nota 8 – Caixa e equivalentes e Depósitos à Ordem

A rubrica Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem decompunha-se em 31 de Dezembro de 2008, como segue:

Unidade: Euros		
Disponibilidades constantes do balanço	2008	2007
Numerário	457	249
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	1.064.510	1.127.293
Equivalentes a caixa	-	-
Outras disponibilidades	-	-
<b>Total</b>	<b>1.064.967</b>	<b>1.127.542</b>

## Nota 10 – Outros Activos Fixos Tangíveis

10.1. Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a **POPULAR SEGUROS** capitaliza o valor de aquisição, adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revisto a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos tangíveis excede o seu valor de mercado, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método das quotas constantes em base duodecimal, dado que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de activos.

10.2. O movimento ocorrido no exercício resume-se como segue:

Unidade: Euros									
	Saldo inicial	Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Depreciações/ Imparidade		Saldo final	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	-	41.930	-	-	-	4.658	-	41.930	4.658
Instalações interiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>41.930</b>	-	-	-	<b>4.658</b>	-	<b>41.930</b>	<b>4.658</b>

10.3. Toda a informação solicitada, e aplicável, está descrita na Nota 10.2.

## Nota 11 – Afecção dos investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2008, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respectiva afectação:

Unidade: Euros					
<b>2008</b>					
	Seguro de vida com participação nos resultados	Seguro de vida sem participação nos resultados	Seguro de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguro não vida	Não afectos
Caixa e equivalentes	-	-	-	206.602	858.365
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	75.432	307.088
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	262.824	3.469.108
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	720.395	2.803.403
Investimentos a dete até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	37.272
Outros activos	-	-	-	-	1.124.186
<b>Total</b>	-	-	-	<b>1.265.254</b>	<b>8.599.422</b>

## Nota 12 – Activos Intangíveis

12.1. Os activos intangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

12.3. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, em base duodecimal, de acordo com taxas fiscalmente aceites como custo. A taxa de amortização anual aplicada é de 33,33%.

O movimento ocorrido no exercício resume-se como segue:

Unidade: Euros										
	Saldo inicial	Aumentos			Transferências e Abates	Alienações	Depreciações/ Imparidade		Saldo final	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Reforço			Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor líquido
Despesas em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas	117.481	25.946	-	-	-	-	59.452	-	195.670	111.695
Activos intangíveis em curso	-	25.410	-	-	-	-	-	-	25.410	-
<b>Total</b>	<b>117.481</b>	<b>51.356</b>	-	-	-	-	<b>59.452</b>	-	<b>221.080</b>	<b>111.695</b>

A amortização do exercício do activo intangível ascendeu a 59.452 Euros, o qual se encontra repartido por funções da seguinte forma:

Unidade: Euros					
	Gastos de Gestão Sinistros	Custos de Aquisição	Gastos de Administração	Gastos de Investimentos	Total
Amortização do exercício de activos intangíveis	1.189	15.458	38.644	4.162	<b>59.452</b>
<b>Total</b>	<b>1.189</b>	<b>15.458</b>	<b>38.644</b>	<b>4.162</b>	<b>59.452</b>

## Nota 14 – Prémios de contratos de seguro

A totalidade dos prémios brutos emitidos respeita a contratos celebrados em Portugal, tendo ascendido a 2.410.129 Euros (701.580 em 2007), sendo 1.290.330 Euros relativos ao ramo de acidentes pessoais e 1.119.799 Euros relativos ao ramo de Incêndio e outros danos.

## Nota 16 – Rendimentos/ Réditos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento dos réditos estão descritas no ponto 3.1 da Nota 3.

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período foi a seguinte:

Investimentos	Unidade: Euros	
	2008	2007
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-
Dividendos	-	-
Juros	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	211.966	112.830
Dividendos	59.263	-
Juros	152.704	112.830
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	47.729	160.183
Juros	47.729	160.183
<b>Total</b>	<b>259.695</b>	<b>273.013</b>

## Nota 17 – Ganhos e Perdas realizadas em Investimentos

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação foi, como segue:

Valias Realizadas de Investimentos	Unidade: Euros	
	2008	2007
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.599	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3.599	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(18.730)	12.478
Acções e outros títulos de rendimento variável	8.031	12.478
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(26.761)	-
<b>Total</b>	<b>(15.131)</b>	<b>12.478</b>

## Nota 18 – Ganhos e Perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em Investimentos

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor foi, como segue:

Unidade: Euros		
<b>Ganhos e Perdas - Ajustamentos de Justo Valor</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ganhos provenientes de ajustamentos de justo valor	15.089	1.752
Perdas provenientes de ajustamentos de justo valor	-	-
<b>Total</b>	<b>15.089</b>	<b>1.752</b>

## Nota 19 – Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Em 31 de Dezembro de 2008, a Companhia não tinha qualquer saldo expresso em moeda estrangeira.

## Nota 21 – Gastos diversos por função e natureza

A discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos foi a seguinte:

	Unidade: Euros		
	<b>2008</b>		<b>2007</b>
	<b>Conta Técnica</b>	<b>Conta Não Técnica</b>	<b>Total</b>
Custos de aquisição	106.179	-	106.179
Custos administrativos	265.448	-	265.448
Custos gestão dos investimentos	32.119	-	32.119
Custos com sinistros	8.168	-	8.168
<b>Total</b>	<b>411.914</b>	<b>-</b>	<b>411.914</b>

No quadro abaixo, está a discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza:

	Unidade: Euros	
	2008	2007
Custos com o pessoal	-	-
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	60.470	37.131
Conservação e reparação	82.397	47.788
Cedência de pessoal	183.758	86.419
Vigilância e segurança	-	-
Outros	11.939	14.392
<b>Sub-Total</b>	<b>338.564</b>	<b>185.730</b>
Impostos e taxas	5.708	1.726
Amortizações do exercício		
Activo Intangível (Nota 12)	59.452	50.681
Activo Tangível (Nota 10)	4.658	-
<b>Sub-Total</b>	<b>64.110</b>	<b>50.681</b>
Provisões	-	-
Juros suportados	-	-
Comissões	3.532	1.748
<b>Total</b>	<b>411.914</b>	<b>239.885</b>

## Nota 24 – Imposto sobre o Rendimento

**24.1.** Os principais componentes de gastos de impostos foram os seguintes:

a) Em 31 de Dezembro de 2008 estimou-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 33.419 Euros. A taxa efectiva de imposto estimada para o exercício foi de 20,76%, sendo inferior à taxa nominal de 26,5%. No ponto 24.3. está efectuada a reconciliação da taxa efectiva com a taxa nominal de imposto.

b) Não foram efectuados quaisquer ajustamentos no exercício relativos a impostos correntes de períodos anteriores. Foi registado um rendimento de 6.058 Euros por impostos diferidos, na conta de ganhos e perdas, o qual resultou da aplicação da taxa de imposto de 26,5% sobre o ajustamento de transição relativo ao activo intangível anulado à data de transição.

c) O encargo com impostos do ano foi como segue:

	Unidade: Euros
<b>Encargo com impostos</b>	<b>2008</b>
Imposto corrente	33.419
Imposto diferido	(6.058)
Diferenças temporárias	(6.058)
<b>Total</b>	<b>27.361</b>

g) Anexa-se o quadro ilustrativo com o efeito dos impostos diferidos nas rubricas de activo, passivo, capital próprio e resultados.

Unidade: Euros

Rubricas	Activos p/ Impostos Diferidos	Passivos p/ Impostos Diferidos	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>9.864</b>	-	-	<b>9.864</b>
Activos financeiros	(9.864)	10.577	-	(20.440)
Activos tangíveis - imóveis	-	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-
Pensões e outros benefícios a empregados	-	-	-	-
Ajustamentos Transição	6.058	-	6.058	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total das variações do exercício</b>	<b>(3.806)</b>	<b>10.577</b>	<b>6.058</b>	<b>(20.440)</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>6.058</b>	<b>10.577</b>	<b>6.058</b>	<b>(10.577)</b>

**24.2.** Existe imposto diferido passivo no valor de 10.577 Euros cuja contrapartida é a reserva por impostos diferidos. Esta reserva está relacionada com a Reserva de Reavaliação associada aos activos disponíveis para venda, registada em Capital Próprio, cujo valor, a 31 de Dezembro de 2008, era de 39.912 Euros.

O quadro seguinte mostra o imposto calculado sobre as rubricas de capital próprio:

Unidade: Euros

<b>Imposto sobre itens de capital próprio</b>	<b>2008</b>
Imposto corrente	-
Var. Res. Reavaliação de Modalidades afectas com participação	-
Imposto sobre prejuízo fiscal apurado	-
Aj. Transição - Imposto sobre Reserva de Reavaliação	-
<b>Imposto diferido</b>	<b>(10.577)</b>
Imposto sobre prejuízo fiscal apurado	-
Var. Res. Reavaliação de Carteiras de seguro não-vida e não afectas	(10.577)

24.3. A reconciliação da taxa efectiva de imposto está indicada no quadro seguinte:

		Unidade: Euros
<b>Reconciliação da taxa efectiva de imposto</b>		<b>2008</b>
<b>Resultado antes de Imposto</b>		<b>131.823</b>
Taxa de imposto nominal (IRC mais Derrama)	26,50%	34.933
<b>Custo do IRC</b>		<b>27.361</b>
Imposto corrente		33.419
Imposto diferido		(6.058)
<b>Diferença entre taxa nominal e efectiva</b>		<b>7.572</b>
<b>Taxa efectiva</b>		<b>20,76%</b>
<b>Diferenças permanentes no exercício</b>		<b>-</b>
<b>Alteração de estimativa em impostos diferidos</b>		<b>(7.572)</b>
<b>Total de diferenças no exercício</b>		<b>(7.572)</b>

A diferença entre a taxa efectiva e a taxa nominal deve-se, fundamentalmente, ao facto de se ter deduzido 5.715 Euros ao resultado tributável, relativamente a 20% do activo intangível anulado à data de transição (28.575 Euros), conforme indicado no art. 12º do DL 237/2008, isto é, o efeito nos capitais próprios da adopção pela primeira vez do novo plano de contas (art. 12º do DL 237/2008) deve ser reconhecido em 5 anos.

24.4. No exercício de 2008 não ocorreram alterações na taxa de imposto.

24.7. As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado e de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na conta de ganhos e perdas estão indicadas no ponto 24.1. alínea g).

## Nota 25 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social da **POPULAR SEGUROS**, é integralmente detido pela EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, S. A. e encontra-se representado por 1.500.000 acções nominativas com o valor nominal de 5 Euros cada, as quais estão, naquela data, inteiramente pagas. Não ocorreram quaisquer variações no Capital Social.

## Nota 26 – Reservas

### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

### Outras Reservas

Nesta rubrica, a Companhia tem registada a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Os movimentos ocorridos nas reservas estão indicados na Nota 35.

## Nota 27 – Resultados por Acção

### Básicos

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

	Unidade: Euros	
	2008	2007
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário	104.462	153.840
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	1.500.000	1.500.000
<b>Resultado por acção básico</b>	<b>0,07</b>	<b>0,10</b>

## Nota 28 – Dividendos por Acção

Não irão ser distribuídos dividendos em 2009 relativamente ao exercício de 2008, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembleia-Geral.

## Nota 29 – Transacções entre parte relacionadas

A empresa mãe do topo do Grupo é o Banco Popular Portugal sendo a empresa-mãe da Popular Seguros a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Os accionistas com mais de 10% do Capital Social encontram-se discriminados no quadro abaixo:

<b>Empresa</b>	<b>Percentagem</b>
Eurovida Companhia de Seguros de Vida S.A.	100%

Os saldos e transacções entre as empresas do Grupo e Associadas resumem-se como segue:

Unidade: Euros

	<b>Balanço</b>		<b>Conta de Ganhos e Perdas</b>	
	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Gastos</b>	<b>Rendimentos</b>
<b>Banco Popular</b>				
Depósito à ordem	1.067.445	-	-	-
Juros DO - credores	-	-	-	53.202
Comissões de intermediação	-	-	496.897	-
Comissões - Outros serviços	-	-	79	-
<b>Total</b>	<b>1.067.445</b>	<b>-</b>	<b>496.976</b>	<b>53.202</b>
<b>Eurovida</b>				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	183.759	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>183.759</b>	<b>-</b>

## Nota 30 – Demonstração de Fluxos de Caixa

No quadro abaixo, apresenta-se o resumo dos fluxos de caixa em 2008, utilizando o método directo:

	Unidade: Euros
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	<b>2008</b>
Caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2008	1.127.542
Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2008	1.064.967
<b>Fluxos de actividade operacional</b>	
+ Prémios de seguro directo recebidos	2.334.344
- Sinistros de seguro directo pagos	41.819
- Prémios de resseguro cedido pagos líquidos de Sinistros de resseguro cedido recebidos	529.423
+ Recebimentos de contratos de investimento	-
- Pagamentos de contratos de investimento	-
- Comissões por intermediação de seguros	430.128
- Pagamentos ao pessoal	183.761
- Pagamentos a fornecedores	194.550
- Outros fluxos de caixa operacionais	11.277
+ Dividendos recebidos	59.263
+ Juros recebidos	220.539
+ Alienações (ganhos/perdas) realizadas de investimentos	-
+ Reembolsos obrigações	852.000
- Aquisição de investimentos	-
Títulos de rendimento variável	-
Títulos de rendimento fixo	1.766.277
Instrumentos financeiros derivados	-
Propriedade de investimento	-
- Juros pagos	-
- Impostos sobre os rendimentos pagos	278.201
<b>Sub-Total</b>	<b>30.711</b>
<b>Fluxos de actividade de investimento</b>	
- Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-
+ Alienação de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-
- Aquisição de imobilizado	93.286
+ Alienação de imobilizado	-
- Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-
+ Empréstimos pagos por partes relacionadas	-
<b>Sub-Total</b>	<b>(93.286)</b>
<b>Fluxos de actividade de financiamento</b>	
+ Recebimentos de aumento de capital	-
+ Recebimentos de empréstimos subordinados	-
- Pagamento de empréstimos subordinados	-
+ Recebimentos de empréstimos concedidos	-
- Pagamentos de empréstimos obtidos	-
- Pagamentos de contratos de locação financeira	-
- Dividendos pagos a accionistas	-
- Dividendos pagos a interesses minoritários	-
<b>Sub-Total</b>	<b>-</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>	
	-
<b>Aumento líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(62.575)</b>

## Nota 35 – Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico e respectivos impactos

A data de transição considerada pela Companhia foi 31 de Dezembro de 2007. Os principais impactos à data de transição encontram-se resumidos no quadro abaixo:

Unidade: Euros

	IAS	Capital Próprio	Capital Social	Reserva de Reavaliação de Justo Valor	Reserva de Reavaliação Legal	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados
<b>Saldo antes de transição</b>		<b>7.637.592</b>	<b>7.500.000</b>	<b>19.175</b>	-	-	-	<b>118.417</b>
Desreconhecimento de imobilizado incorpóreo	38	(28.575)	-	-	-	-	-	(28.575)
Valores de mais e menos-valias realizadas que subsistiam na RRR à data de transição	39	-	-	(1.763)	-	-	-	1.763
Valorização dos investimentos classificados como disponíveis para venda	39	(54.634)	-	(54.634)	-	-	-	-
Imposto diferido sobre valor da Reserva de Reavaliação	12	9.864	-	-	-	9.864	-	-
<b>Saldo após transição</b>		<b>7.564.248</b>	<b>7.500.000</b>	<b>(37.222)</b>	-	<b>9.864</b>	-	<b>91.606</b>

## Nota 37 – Outras Informações

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica Contas a receber por operações de seguro directo era de 370.441 Euros relativo a Prémios em cobrança, como consequência de não ter sido possível efectuar a cobrança dos mesmos até ao final do exercício, devido a problemas informáticos.

Estão a ser desenvolvidos os necessários esforços para a cobrança dos recibos, estimando-se a resolução definitiva até ao final do 1º Trimestre de 2009.

OUTROS ANEXOS  
*2008*

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Unidade: Euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
<b>1. Filiais, Associadas, Empreendimentos Conjuntos e Outras Empresas Participadas e Participantes</b>							
1.1. Títulos Nacionais							
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
Banco Popular Portugal Tx Var 02-01-2011		22.000	50,00		1.100.000	50,01	1.100.123
<b>Sub-Total</b>		<b>22.000</b>			<b>1.100.000</b>		<b>1.100.123</b>
<b>2. Outros</b>							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.1.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
Maxirent Fundo De Investimento	299.900			10,41	3.123.080	10,97	3.291.043
Vision Escritorios Fundo	65.101			6,89	448.763	6,77	440.889
<b>Sub-Total</b>	<b>365.001</b>				<b>3.571.843</b>		<b>3.731.932</b>
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.2. Títulos de Dívida							
2.2.2.1. De Dívida Pública							
Bonos Y Oblig Del Estado 6 31-01-2029		500.000	126,79%		633.942	131,32%	656.600
<b>Sub-Total</b>		<b>500.000</b>			<b>633.942</b>		<b>656.600</b>
2.2.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Caisse Natl D'Autoroutes 5,25 30-01-2017		100.000	109,95%		109.946	112,45%	112.453
<b>Sub-Total</b>		<b>100.000</b>			<b>109.946</b>		<b>112.453</b>
2.2.2.3. De Outros Emissores							
Abn Amro Bank Nv 4,625 12-05-2009		299.000	99,08%		296.241	102,35%	306.032
Bayer Hypo Vereinsbank 6 05-02-2014		200.000	94,95%		189.905	102,91%	205.811
European Investment Bank 5,625 15-02-2028		200.000	119,97%		239.933	124,84%	249.686
Merrill Lynch & Co Tx Var 22-07-2014		500.000	71,93%		359.661	76,21%	381.058
Santander Intl Debt Sa Tx Var 05-04-2013		555.000	89,69%		497.781	92,26%	512.035
Dax 2001/2009 30/03/2009		292.000	125,23%		365.679	131,00%	382.520
<b>Sub-Total</b>		<b>2.046.000</b>			<b>1.949.200</b>		<b>2.037.142</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>2.646.000</b>			<b>2.693.088</b>		<b>2.806.195</b>
<b>Total</b>	<b>365.001</b>	<b>2.668.000</b>			<b>7.364.930</b>		<b>7.638.251</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

## Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correcções)

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	-	-	-	-
<b>Não Vida</b>	<b>16.762</b>	<b>1.860</b>	<b>1.679</b>	<b>(13.223)</b>
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	16.762	1.860	1.679	(13.223)
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade Civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16.762</b>	<b>1.860</b>	<b>1.679</b>	<b>(13.223)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

## Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações (1)	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
<b>Seguro Directo</b>				
Acidentes e Doença	2.575		15.552	18.127
Incêndio e Outros Danos	39.243	13.513	31.794	84.550
Automóvel				-
Responsabilidade Civil				-
Outras coberturas				-
Marítimo, Aéreo e Transportes				-
Responsabilidade Civil Geral				-
Crédito e Caução				-
Protecção jurídica				-
Assistência				-
Diversos				-
<b>Total</b>	<b>41.818</b>	<b>13.513</b>	<b>47.346</b>	<b>102.677</b>
<b>Resseguro Aceite</b>				
	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>41.818</b>	<b>13.513</b>	<b>47.346</b>	<b>102.677</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

## Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
<b>Seguro Directo</b>					
Acidentes e Doença	1.290.331	357.304	18.127	460.139	(190.848)
Incêndio e Outros Danos	1.119.799	925.324	84.550	212.870	(409.308)
Automóvel					
Responsabilidade Civil					
Outras coberturas					
Marítimo, Aéreo e Transportes					
Responsabilidade Civil Geral					
Crédito e Caução					
Protecção jurídica					
Assistência					
Diversos					
<b>Total</b>	<b>2.410.129</b>	<b>1.282.628</b>	<b>102.677</b>	<b>673.009</b>	<b>(600.156)</b>
<b>Resseguro Aceite</b>					
	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>2.410.129</b>	<b>1.282.628</b>	<b>102.677</b>	<b>673.009</b>	<b>(600.156)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS  
E RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO  
*2008*



PricewaterhouseCoopers  
& Associados - Sociedade de  
Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Palácio Sottomayor  
Rua Sousa Martins, 1 - 3º  
1069-316 Lisboa  
Portugal  
Tel +351 213 599 000  
Fax +351 213 599 999

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 Examinámos as Demonstrações Financeiras da Popular Seguros – Companhia de Seguros, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de €9.864.676 e um total de capital próprio de €7.725.403, incluindo um resultado líquido de €104.462), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Variações do Capital Próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

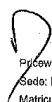
3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as Demonstrações Financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1050 - 217 Lisboa  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº 508 628 752 (ex nº. 11912)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183  
NIPC 508 628 752 Capital Social Euros 312.000  
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 8077



Popular Seguros – Companhia de Seguros, SA

#### Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Popular Seguros – Companhia de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador.

#### Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior e conforme divulgado nas notas 3.4 e 35 do anexo contendo as notas explicativas, chamamos a atenção para o facto de a Companhia ter implementado, a partir de 1 de Janeiro de 2008, com efeitos retrospectivos, o novo plano de contas para as empresas de seguros, de base IFRS, pelo que os valores comparativos registados no Balanço, na Conta de Ganhos e Perdas e na Demonstração de Variações do Capital Próprio foram reexpressos em conformidade.

Lisboa, 29 de Abril de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, R.O.C.

(2)

# Relatório e Parecer do Fiscal Único



PricewaterhouseCoopers  
& Associados - Sociedade de  
Revisores Oficiais de Contas, Lda  
Palácio Sottomayor  
Rua Sousa Martins, 1 - 3º  
1089-316 Lisboa  
Portugal  
Tel +351 213 599 000  
Fax +351 213 599 999

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Popular Seguros - Companhia de Seguros, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da Companhia. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da Companhia e apresentação das demonstrações financeiras e do sistema de gestão de risco e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Companhia, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Companhia, evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1089 - 217 Lisboa  
Meticulada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº 609 628 752 (ex nº. 11912)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183  
NIPC 606 628 752 Capital Social Euros 312.000  
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

## Relatório e Parecer do Fiscal Único



Popular Seguros – Companhia de Seguros, SA

- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Companhia com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 29 de Abril de 2009

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, R.O.C.

(2)



Rua Castilho, 39 – 14º 1250-068 Lisboa  
Tel. +351 213 808 330 Fax +351 213 808 331  
e-mail: [geral@popularseguros.pt](mailto:geral@popularseguros.pt) [www.popularseguros.pt](http://www.popularseguros.pt)